

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de outubro de 2019 às 08h17
Seleção de Notícias

Folha de S.Paulo | BR

Marco regulatório | Anvisa

À revelia da Justiça, associação do Rio fornece óleo de maconha a pacientes 3
SAÚDE

Jornal da Ciência - SBPC - Online | BR

01 de outubro de 2019 | Propriedade Intelectual

9. Na Ompi, Brasil se compromete em respeitar propriedade intelectual 6

Migalhas | BR

01 de outubro de 2019 | Marco regulatório | INPI

Restaurante tradicional vence disputa pelo nome "Bar do Alemão" no interior paulista 7

À revelia da Justiça, associação do Rio fornece óleo de maconha a pacientes

SAÚDE



Prática de 'desobediência civil pacífica' foi informada à Justiça em pedido por autorização

CANNABIS MEDICINAL

Cláudia Collucci

rio de janeiro Uma associação de pacientes do Ido de janeiro está fornecendo óleo de maconha medicinal para um grupo de pessoas mesmo sem autorização judicial para isso. Chama a prática de "desobediência civil pacífica" e já a declarou, inclusive, para a Justiça.

Presidida pela advogada Margarete Brito, a Apepi (Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal) ensina famílias a cultivar a maconha, faz a ponte entre médicos e pacientes e tem parceria com a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) em eventos e pesquisas sobre o tema.

Margarete é mãe de Sofia, 10, que tem uma síndrome rara (CDKL5). Ela foi a primeira do país a obter aval da Justiça para cultivar Cannabis em casa e dela extrair o remédio para aliviar as convulsões da filha.

Isso foi em 2017. A história inspirou outras pessoas com problemas de saúde, que hoje são associadas da Apepi.

Agora, Margarete decidiu extrapolar o seu habeas corpus individual e passou a produzir óleo de Cannabis para 18 pacientes de famílias de baixa renda, que não têm condições de importar o produto.

Seu advogado, Fernando Lau, ingressou com ação na Justiça Federal pedindo uma liminar que autorize a associação a plantar e a produzir legalmente o óleo para os pacientes associados - da mesma forma como ocorre com outra associação de pacientes em João Pessoa (PB).

"Na ação judicial, informei o juiz que a gente já planta para os associados. Eu disse: 'a gente entende isso não como crime, mas, sim, uma desobediência civil pacífica em razão do estado de necessidade dessas pessoas, que estão em busca do direito ávida, garantia maior constitucional."

Para o advogado, o juiz está numa porta sem saída. "Ou ele prende todo mundo por tráfico ou associação ao tráfico ou... São vidas salvando vidas. Ou são pais cuidando de filhos ou filhos cuidando de pais. Não é brincadeira de garoto. É um negócio sério."

O plantio acontece no quintal da casa de Margarete, na Urea, na zona sul do Ido. As plantas são de quatro tipos, que produzem CBD (que não dá barato) e THC (que tem efeito psicoativo).

Mesmo ciente que corre riscos com a "desobediência civil pacífica", a advogada diz que continuará plantando e fornecendo o óleo para os pacientes, com ou sem autorização da Justiça. "Sabemos que não estamos acima do bem e do mal, mas vamos seguir com esse trabalho de resistência."

Continuação: À revelia da Justiça, associação do Rio fornece óleo de maconha a pacientes

A ação segue em segredo de Justiça, e o magistrado aguarda mais informações da União e da **Anvisa** sobre o assunto.

Na última quinta (26), a comissão de direitos humanos do Senado aprovou relatório favorável a uma proposta que regulamenta a Cannabis medicinal no Brasil, que agora passa a tramitar como um projeto de lei, seguindo para comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça, antes de ser votada em plenário.

Marcos Langenbach, marido de Margarete e vice-coordenador da Apepi, diz que a demanda pelo óleo de Cannabis é enorme. Entre os pacientes, há desde as crianças e adolescentes com epilepsia e autismo até idosos com Alzheimer e Parkinson. Só têm acesso se tiverem receita médica.

"Tem que ter um médico acompanhando. No CBD não tem contraindicação, mas há casos em que ele não funciona completamente e precisa usar um pouquinho de THC, que tem algumas contraindicações. Por isso é importante médico, pesquisa, para saber o que é melhor para cada doença, cada paciente", diz ele.

Apesar dos avanços de estudos sobre o uso medicinal da maconha, ainda faltam evidências científicas mais robustas que atestem a eficácia e a segurança dos tratamentos, segundo revisões sistemáticas da Cochrane, rede de cientistas independentes que investiga a efetividade de terapia.

Na Apepi, mais de 300 pessoas já aprenderam sobre cultivo da maconha medicinal. A associação também ministra cursos voltados a médicos sobre a prescrição da Cannabis.

Margarete diz lamentar a polêmica que envolve hoje a proposta de regulação do plantio da maconha medicinal pela **Anvisa** (**Agência** Nacional de Vigilância Sanitária), que corre o risco de não sair por pressões do Planalto.

"É muito triste. Continuará deixando grande parte dos pacientes na ilegalidade", diz ela.

O cultivo doméstico de maconha para fins medicinais é uma realidade no país, praticado clandestinamente por grupos de pais e pelos chamados cultivadores, que plantam, fazem o óleo e vendem.

As informações sobre cultivo e formas de fabricação do óleo são trocadas por meio de redes sociais ou em cursos dados por associações de pacientes, conforme a Folha apurou.

"Há mães de família da periferia que plantam para os seus filhos e correm riscos sérios de intervenção da polícia. É diferente das mães de bairros de classe média, que têm atenuantes. As mães da periferia não têm esse cobertor", afirma Júlio Américo, presidente da Liga Canabínea, de João Pessoa.

Segundo ele, essas mães pobres não têm como arcar com os custos dos produtos importados à base de canabinoides, no mínimo R\$ 1.200 mensais, e são empurradas para a marginalidade, comprando flores de maconha do tráfico para fabricar o óleo em casa.

"São pessoas de bem que podem ser enquadradas. Se não houver autorização de plantio, elas vão continuar plantando, porque a escolha sempre será a vida do filho, que melhora muito [com o uso dos óleos de Cannabis]."

Segundo Sheila Geriz, uma das fundadoras da Liga, existe uma rede de cultivadores, pessoas que plantam Cannabis para uso próprio (recreativo ou medicinal) e repassam o excedente, a preço de custo, para os pacientes. Por meio de grupos de pacientes pelo país, a Folha localizou sete deles, mas eles não quiseram falar com a reportagem.

Sheila diz que recorre a um desses cultivadores para obter óleo de THC para ela, que sofre de artrite reumatoide, e para o filho, Pedro, 9, que tem epilepsia refratária. Ela tem autorização judicial para importar o

Continuação: À revelia da Justiça, associação do Rio fornece óleo de maconha a pacientes

CBD para o filho, mas não o THC.

"Estava de cama, sem me mexer de tanta dor. Com ambos, hoje faço de tudo. Pedro também melhorou muito com a associação do CBD ao THC. Não dá para demonizá-lo."

9. Na Ompi, Brasil se compromete em respeitar propriedade intelectual

9. Na Ompi, Brasil se compromete em respeitar **propriedade** intelectual

O embaixador brasileiro disse que o País "vem trabalhando para reconquistar a confiança do mundo"

O governo brasileiro apoiou nesta segunda-feira "esforços" pelo fortalecimento do sistema de **propriedade** intelectual, durante a assembleia anual da Organização Mundial de **Propriedade** Intelectual (Ompi), em Genebra.

Diante de centenas de representantes dos outros 191 países membros, o embaixador brasileiro Alexandre Parola destacou que o Brasil "vem trabalhando para reconquistar a confiança do mundo", procurando diminuir desemprego, violência e risco para os negócios, por meio de desburocratização,

desregulamentação e "em especial pelo exemplo".

O representante brasileiro disse aos parceiros que o país vive um momento de abertura econômica e de integração às cadeias globais de valor. Destacou acordos comerciais negociados e a disposição do país de iniciar a acessão à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), "alinhando suas práticas nos mais diferentes terrenos aos padrões mais elevados mundialmente".

Leia na íntegra: Valor Econômico

O Valor Econômico não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante.

×Close

Restaurante tradicional vence disputa pelo nome "Bar do Alemão" no interior paulista



A 3ª turma do STJ manteve decisão que impediu uma empresa de Campinas/SP de usar o nome Bar do Alemão - registrado há mais de 30 anos por outra empresa, que possui restaurantes naquela cidade e em outra na mesma região.

Para o colegiado, a marca desfruta de amplo reconhecimento e prestígio perante o público, havendo provas da confusão causada pelo uso da expressão idêntica por parte do outro restaurante.

Caso

A Parmegiana Factory Campinas Comércio de Alimentos Ltda. passou a atuar no mesmo ramo de atividade que a Steiner & Cia. Ltda. - detentora da marca Bar do Alemão -, comercializando o prato pelo qual essa empresa é famosa entre seus consumidores (filé à parmegiana), em um estabelecimento também chamado Bar do Alemão.

A sentença proibiu a Parmegiana Factory de utilizar a marca, sob pena de multa diária, e condenou-a a pagar indenização de R\$ 20 mil por danos morais e de R\$ 20 mil por danos materiais. Em 2º grau, os danos materiais foram reduzidos a 20% do faturamento com a venda do filé à parmegiana, limitados a R\$ 20 mil.

No recurso especial, a Parmegiana Factory alegou
abpi.empauta.com

que a expressão adotada na marca é de uso comum, razão pela qual seria possível o convívio entre os restaurantes com o mesmo nome. Afirmou ainda que, antes do ajuizamento da ação, havia depositado no **INPI** - Instituto Nacional da Propriedade Industrial o pedido de registro da marca Bar do Alemão Parmegiana Factory - o que lhe garantiria o direito de utilizá-la.

Associação indevida

Relatora, a ministra Nancy Andrichi entendeu que possibilitar o uso simultâneo do nome Bar do Alemão por empresas que atuam no mesmo segmento subverteria as principais funções da marca, pois impediria que se pudesse diferenciar um produto ou serviço do outro, levando a equívocos acerca de sua procedência, em evidente prejuízo do público.

"Havendo possibilidade de associação indevida ou de confusão quanto à origem comercial do produto ou serviço, não há como se reconhecer que marcas semelhantes possam coexistir num mesmo segmento de mercado."

A ministra destacou trechos da sentença e do acórdão recorrido, segundo os quais ficou demonstrado que os consumidores foram, de fato, confundidos pelo uso da marca pelas duas empresas.

Segundo a relatora, a impossibilidade de uso simultâneo da marca é corroborada pela informação de que o **INPI** indeferiu, no último dia 10, o pedido de registro apontado no recurso especial, "justamente por constatar que a expressão Bar do Alemão Parmegiana Factory reproduz ou imita, indevidamente,

Continuação: Restaurante tradicional vence disputa pelo nome "Bar do Alemão" no interior paulista

diversas marcas anteriormente registradas, entre elas a de titularidade da recorrida".

Processo: REsp 1.778.887

Informações: STJ

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3

Propriedade Intelectual
6

Marco regulatório | INPI
7